

# DESLOCAMENTO LINGUÍSTICO NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS DO BRASIL: O PROCESSO DE TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR NA CABANAGEM

## LINGUISTIC SHIFT IN THE HISTORY OF BRAZILIAN PORTUGUESE: THE PROCESS OF IRREGULAR TRANSMISSION LINGUISTIC IN CABANAGEM

Welton Diego Carmim LAVAREDA<sup>1</sup>  
Ivânia dos Santos NEVES<sup>2</sup>

**Resumo:** o presente artigo objetiva analisar como o dispositivo colonial agiu sobre as manifestações linguísticas das populações de origem africana no período da Cabanagem na Província do Grão-Pará, para fortalecer a instauração de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia brasileira. O processo de teorização dos conceitos ocorrerá por meio de um diálogo entre Salles (2005; 2015), Foucault (2010a; 2010b) e Lucchesi (2015) na busca de desmembrar gestos de leitura que tornem mais plural o olhar sobre o projeto lusitano de organização da língua por-

---

1 Doutorando em Letras/Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará (UFPA-PPGL), com pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: diego.lavareda@hotmail.com

2 Doutora em Linguística, na área de Análise do Discurso (UNICAMP). Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde atua no Instituto de Letras e Comunicação (Graduação em Letras) e no Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado/Doutorado). E-mail: ivanian@uol.com.br

tuguesa como manifestação linguística oficial do país. Assim, a partir de fontes disponíveis no Arquivo Público do Pará e no *Foreign Office* (de Londres), este trabalho também repensa as estratégias de gerenciamento linguístico como um dos fundamentos para se discutir as tensões discursivas que atravessam os deslocamentos linguísticos na história do português do Brasil, para que possamos tentar atribuir uma perspectiva patrimonial mais ampla das relações de poder e de forças simbólicas constituintes do nosso idioma.

**Palavras-chave:** negro; Cabanagem; dispositivo; Análise do Discurso.

**Abstract:** this article aims to analyze how to portuguese colonial enterprise acted on the linguistics manifestations of populations of african origin on the Cabanagem in the Province of Grão-Pará to strengthen the establishment of a european linguistic heritage in the Brazilian Amazon. The theorizing process of the concepts will take place through a dialogue between Salles (2005; 2015), Foucault (2010a; 2010b) and Lucchesi (2015) in seek of dismember reading gestures that make more plural the look about the Lusitanian project organization of Portuguese Language as official linguistic manifestation of the country. Therefore, from sources available on the Public Archive of Pará and on the Foreign Office (de Londres), this work also rethinks the linguistic management strategies as one of the grounds for to discuss discursive tensions that cross linguistics shifts in the history of Brazilian Portuguese, so that we can try to assign a broader asset perspective of power relations and symbolic forces constituents of our language.

**Keywords:** black man; Cabanagem; dispositive; Discourse Analysis.

## A Cabanagem: espaço de deslocamentos linguísticos

Muitas histórias precisam ser reconstruídas para que possamos ter um painel mais diversificado das relações de poder e de forças simbólicas constituintes do nosso idioma. E, quando o cenário político-linguístico em questão é a Cabanagem, movimento que explodiu em 1835, em um claro contexto de desavenças políticas características do Período Regencial brasileiro, depois da abdicação de D. Pedro I, é necessária a elaboração de uma análise que conjugue fatores sócio-históricos, demográficos, linguísticos do passado e do presente, que, reunidos, poderão explicitar e espelhar as estratégias de gerenciamento linguístico como um



dos fundamentos para se discutir as tensões discursivas presentes na história do português do Brasil.

Com base em Rosa Virgínia Silva (2004: 13), teremos, como fio condutor, a interação das línguas em contato. Como panorama inicial de investigação, a língua portuguesa, vinda da Europa, será um denominador comum, já que foi ela, e não outra, como poderia ter sido, a manifestação linguística da sociedade dominante na Província do Grão-Pará<sup>3</sup>. Assim, procuraremos, neste artigo, analisar como o dispositivo colonial agiu sobre as manifestações linguísticas das populações de origem africana no período da Cabanagem, para fortalecer a instauração de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia brasileira.

Essa agitação cabana, marcada pela forte participação da população local, composta, em sua grande maioria, por negros e indígenas, representou uma tática de força contra a autoridade constituída pelo pacto orgânico instaurado no Brasil Império, acontecimento representativo de uma resistência a uma nova forma de colonização que entra para a história oficial do Brasil como um governo “rebelde”, de “autoridade marginal”, o único no qual as camadas mais “inferiores” da população conseguiram alcançar a gestão de toda uma Província. Em janeiro de 1835, assumiram o controle do Grão-Pará e lá se estabeleceram até 1840, quando as forças do Império brasileiro, depois de uma guerra violenta em nome de uma pacificação, subjugaram a região. De acordo com Magda Ricci (2016: 214), a revolução contou, inicialmente, com a liderança de parte da insatisfeita elite local branca e de ascendência portuguesa ou europeia que, no início do século XIX, vivia na Província portuguesa do Grão-Pará. A política e a economia imperiais, a princípio comandadas por D. Pedro I, mas, logo em seguida, administradas pela instauração de Regências<sup>4</sup>, continuaram a favorecer, na região, os tradicionais negociantes portugueses e ingleses residentes na Província.


No Grão-Pará, antes da Independência do Brasil, as relações comerciais e políticas eram diretamente com Lisboa, e isso não apenas pelas facilidades do comércio, mas, também, por determinações da divisão política da Coroa portuguesa. De acordo com Jorge Caldeira (2017: 242), a região estava ligada administrativamente a Lisboa, e não ao Rio de Janeiro, o que se devia, em grande medida, ao regime de ventos do Atlântico, pelo qual a navegação à vela durava 20 dias até a metrópole e 90 dias até o Rio de Janeiro. Antes do movimento de Inde-

---

3 No período da Cabanagem, a Província do Grão-Pará compreendia os territórios pertencentes aos estados de Roraima, Amapá, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

4 Em nosso recorte temporal para este texto, vamos abordar, mais especificamente, a Regência Una de Diogo Feijó.





pendência do Brasil, os governos da Província eram associados aos comerciantes ligados à metrópole. Embora bastante onerosa, havia uma vinculação da economia local à economia europeia. A separação do Brasil estabeleceu um novo centro de poder, que passou a nomear os governadores do Grão-Pará, não mais enviados por Lisboa. Nesse mesmo processo, desapareceram os navios que escoavam a produção local e traziam de Lisboa produtos europeus.

Essa perda de vinculação com o comércio internacional não foi compensada por outras formas de negociação propiciadas pelo Império brasileiro. Diante desse quadro, os representantes políticos do Rio de Janeiro limitavam-se a cumprir funções de arrecadar impostos e a restabelecer a ordem na região. Nessas circunstâncias, iniciou-se uma decadência econômica, e, ao mesmo tempo, eclodiram violentas disputas pelo poder político no território. Sem comerciantes em condições de adquirir a produção e colocá-la no mercado, “[...] as dissensões descambaram em conflitos abertos entre os defensores do governo central e aqueles de um federalismo maior” (CALDEIRA, 2017: 243).

No Grão-Pará do início do século XIX, reunia-se uma grande quantidade de imigrantes europeus, que, somados à população local e sua multiplicidade étnica, constituíam um verdadeiro “caldeirão” político-linguístico. Diferentes interesses econômicos e políticos, embalados por profundas diferenças linguísticas, favoreceram uma espécie de lusitanização do *nheengatu* – Língua Geral Amazônica (LGA), a principal língua de contato no período da Cabanagem. Depois da supressão desse movimento, a imposição da língua portuguesa representará uma das principais tecnologias de governo do Império brasileiro<sup>5</sup>. Essas características também fazem ecoar outros gritos de resistência decorrentes da revolução cabana em sua amplitude discursiva, no que diz respeito ao deslocamento entre vários registros de línguas e etnias. O *nheengatu*, citado anteriormente, embora não seja uma manifestação linguística escrita por excelência, ao menos no significado científico que se pode atribuir a essa expressão, talvez por isso mesmo, é uma língua que, nas movências históricas, **já traz sinais dos contatos e tensões discursivas a que foi obrigada pelo processo de gerenciamento linguístico feito pelo dispositivo colonial europeu à época da colonização.**

Com efeito, esses acontecimentos discursivos sugerem um gesto de leitura para o movimento cabano impregnado de um conjunto de instituições de controle, domínio que é muito significativo para interpretações linguísticas com base na dinâmica populacional, a partir da qual podemos delinear as balizas de desenvol-

---

5 A respeito disso, ver Lavareda e Neves (2018).



vimento do Estado moderno no Grão-Pará ou o que chamamos de formação do Estado governamentalizado, em cuja perspectiva governar consiste em conduzir condutas e manter a noção de seguridade mais ampla possível — inclusive, a seguridade linguística. Surge, daí, a necessidade de investimentos em novos estudos sobre “[...] a revolução paraense como um fato (com sua história) e um mito (que foi sendo reelaborado ao longo do tempo e no espaço)” (RICCI, 2001: 271). E tomar, como ponto de partida, as manifestações linguísticas das populações de origem africana à época da colonização é, acima de tudo, desmitificar o silêncio dos discursos formadores do português brasileiro e atentar criticamente para o caráter constitutivo do nosso idioma e, ao mesmo tempo, de uma rede de memória que se estabelecerá com a historicidade linguística do negro na Cabanagem.


Neste texto, portanto, iremos para além das descrições demográficas e nos situaremos no espaço das tensões discursivas/deslocamentos linguísticos para avaliar algumas fontes, catalogadas no Arquivo Público do Pará e no *Foreign Office* (de Londres), que materializam, em uma guerra de enunciabilidades, a imposição de uma única língua oficial em toda a região amazônica, até o início do século XXI, a língua portuguesa.

Tomaremos, como principal referência teórico-metodológica, os conceitos de dispositivo, vontade de verdade e governamentalidade propostos por Michel Foucault (2006, 2010a, 2010b, 2016). Para compreender as emergências históricas das políticas linguísticas relacionadas à Cabanagem, tomaremos, como norteadores, os estudos sobre transmissão linguística irregular de Dante Lucchesi (2015), as discussões sobre dispositivo colonial desenvolvidas por Ivânia Neves (2009, 2015) e as pesquisas sobre o negro nas lutas sociais e na composição étnica do Pará realizadas por Vicente Salles (2005; 2015).

## 1. Bandeira de liberdade e de influência na língua portuguesa

O exercício discursivo em busca de movências históricas para argumentar a favor do papel predominante da população de origem africana como também difusora e influenciadora do que veio a ser chamado de língua portuguesa na Amazônia começa pela ampliação de um dos aspectos mais importantes da revolução popular que abalou, durante alguns anos, a vida social e econômica da província do Grão-Pará. Falamos, aqui, de uma agitação precisamente encorpada para a intervenção de classes populares dos campos e das cidades nos destinos políticos da região com o fim especial de modificar o *status quo*.





Com base em Vicente Salles (2015: 41), a Cabanagem se forjou na cidade e explodiu nos campos. É a última etapa de um processo revolucionário que se iniciou antes da Independência (a adesão do Pará à Independência ocorreu em 15 de agosto de 1823) e se concretizou, doze anos depois, em 1835. Após a Independência, a fricção social gerada no decorrer da invasão dos portugueses não diminuiu. Ao contrário, agravou-se. Já nos meados do século XVIII, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, notara o antagonismo entre os filhos da terra e os lusitanos natos, processo que impactará, de forma decisiva, sobre as línguas que eram utilizadas na região.

Por volta de 1820, no Grão-Pará, o número de habitantes da alta burguesia de sangue europeu era relativamente maior do que em outras partes do Brasil. Os lusitanos e seus descendentes constituíam a classe dominante, e, de certa maneira, os arranjos sociais “mais baixos” da população eram de negros e índios:

[a] sucessão de governadores sujeitava-se quase que sempre aos caprichos da metrópole, que era incapaz de lançar, no chão conquistado, ideias de progresso ou de desenvolvimento econômico aliadas às de desenvolvimento cultural. Uma espécie de espírito feudário e monopolista tudo avassalava. Era imprescindível manter a mentalidade de colônia. Esta se sustentava sozinha, era praticamente sólida, bastava preservar os privilégios da classe dominante que, em última análise, manobrava negócios de Estado, por ter assumido posições de mando, ser a única que tinha representação política e acesso aos cargos públicos (SALLES, 2005: 275).

Entretanto, a conjuntura política do mundo moderno também passava por uma grande agitação social, afinal, as ideias da Revolução Francesa se difundiam rapidamente, sem contar, também, com o exemplo da Revolução Americana. Portanto, era necessário conter a onda que ameaçava desagregar a estrutura política e econômica dos países europeus, que se sustentavam através dos domínios ultramarinos. E, assim, foi recomendado ao governador do Grão-Pará, à época D. Francisco de Sousa Coutinho, grande vigilância sobre todos os indivíduos que pudessem, de qualquer modo, desassossegam a dinâmica de governo vigente.

Se colocarmos a história do Brasil colonial em movimento, pensando, em especial, o cenário amazônico em suas especificidades, veremos que o fundamental na formação de nossa língua parece estar historicamente desenhado a partir da introdução dos escravos negros na Amazônia pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, durante o consulado pombalino, visto que as reformas pombalinas começaram a instituir outra face para a política de línguas formulada e executada pelos jesuítas, e, a partir daí, o uso da língua portuguesa substituiu as línguas gerais. Pombal reorganiza toda uma tática de força que trará consequências trágicas no campo da cultura, das línguas, dos saberes:

[e]xatamente no meio do século XIX, o “fim” do tráfico negreiro determinou o início da saída de cena do elemento africano, criando as condições objetivas para a mudança semântica através da qual o adjetivo *crioulo* passou a ser sinônimo de *negro*. Pode-se dizer que se iniciou aí a fase da definitiva lusofonização do Brasil, já que deixaram de ingressar na sociedade brasileira expressivos contingentes de falantes de línguas africanas, ao mesmo tempo em que se prosseguia o extermínio e a expulsão dos povos indígenas (LUCCHESI, 2015: 114).

Uma das mudanças instituídas nesse período, por exemplo, pretendeu estimular a produção agrícola e dar início à substituição do braço indígena pelo do negro nos trabalhos da lavoura<sup>6</sup>. Embora incipiente, a lavoura de cana-de-açúcar prosperou nas cercarias de Belém e espalhou-se, com maior intensidade, pelas margens do rio Guamá, Capim, Acará, Moju e Igarapé-Miri, acontecimentos responsáveis pela solidificação econômica da cana-de-açúcar na região. A partir disso, portanto, se instalaram engenhos, com numerosas escravarias, e se estabeleceu, na região, um regime social típico.

[n]essa região se localizaria a maior concentração de escravos na Amazônia. O contingente africano não foi tão numeroso, como no Maranhão, mas a história da escravatura africana no Pará se escreveu com os mesmos processos, determinando, como em toda parte, as mesmas reações do escravo. A mais frequente, a busca da liberdade pela fuga e posterior agrupamento nos quilombos (SALLES, 2015: 43)<sup>7</sup>.

De acordo com os estudos de Jorge Hurley (1936: 209), “[...] emergindo dos mocambos e das senzalas ou afluindo dos quilombos ignotos, no seio das selvas e praias desabitadas, os escravos acostaram-se à causa cabana, com o objetivo da reconquista da liberdade”. Condições de possibilidades históricas desse tipo são preciosas para a reconstituição do passado linguístico da Cabanagem e da formação patrimonial imaterial do nosso português brasileiro, pois não podemos negar que a história das línguas e seus deslocamentos discursivos marcam os rastros demográficos de seus falantes, isto é, se confrontarmos estes dados e analisarmos o papel das línguas de origem crioula na história do português do Brasil, é **evidente** a crescente presença de negros brasileiros em relação aos africanos, dos mulatos, a

---

6 Essa estratégia pode ser ratificada na cadeia de escritura do Ofício de Manuel Borges Rodrigues, Presidente da Província do Pará, escrito em 18 de fevereiro de 1836, localizado no Segundo Tomo do Volume 4 do Arquivo Público do Pará referente à Cabanagem, *código 904*, a Manoel Alves Branco, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, comunicando que o encarregado dos negócios do Brasil em Lisboa partiu para África a fim de contrabandear escravos.

7 Uma correspondência oficial escrita em 21 de novembro de 1832, por Gentil Augusto de Carvalho, Ouvidor Interino da Comarca, a José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Província do Pará à época, já anunciava sobre a existência de um quilombo formado por ex-escravos no lugar denominado Murtucu e sobre assaltos praticados nesta localidade. Arquivo localizado também no Segundo Tomo do Volume 4 do Arquivo Público do Pará referente à Cabanagem, *código 916*.

partir do século XVII, também **brancos brasileiros** e o decréscimo de portugueses, africanos e **índios**, conforme demonstra a Tabela 1.

**Tabela 1:** diacronia populacional do século XVI ao XIX.

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

**Fonte:** Mussa (1991).

Segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004: 21), a miscigenação e a presença não maciça de portugueses certamente são indicadores favoráveis à formação de uma “língua geral brasileira”, que não seria africana, mas, sim, continuadora do português lusitano, por causa do terceiro actante nessa vasta rede linguística, os indígenas (os que não morreram) ou já estavam integrados ou acoitados nos confins protegidos. O embate, então, se dava entre duas possibilidades: um português africanizado ou um português europeizado. É claro que essas estatísticas não dizem tudo, mas despertam tensionamentos discursivos importantes sobre a heterogeneidade linguística presente na época da Cabanagem, cenário que, em consonância com as teorizações de Michel Foucault (2010b; 2016) e Dante Lucchesi (2015), situa o debate central do artigo sobre as políticas linguísticas que envolvem esse período na dimensão da governamentalidade. Logo, tratamos, aqui, de uma técnica de poder de base linguística instaurada pelo sistema colonial como um grande dispositivo, sempre atualizado pelas emergências históricas, que correspondeu a uma maneira de organizar a vida social e política das populações de origem africana, depois apropriadas pelas determinações da Coroa portuguesa com o objetivo de um ideal linguístico homogeneizador, predisposto ao português europeu.

Portanto, refletir sobre o movimento cabano não como um acontecimento isolado, mas com gestos de leitura que procurem compreender um determinado agrupamento de práticas constituidoras de uma trama de saberes e jogos de força, que, segundo Neves (2009), contribuíram para inventar uma tradição notadamen-





te ocidental sobre o índio e o negro, no “novo” continente e sobre a língua portuguesa, é, aqui, tomado para designar o contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciadas, em decorrência da ação do colonialismo europeu na América Latina.

## 2. O colonialismo europeu e a língua como estratégia de poder

### 2.1. A governamentalidade e a vontade de verdade


De acordo com as teorizações de Foucault (2010b; 2016), situaremos o debate sobre as políticas linguísticas que envolvem o período da Cabanagem na dimensão da governamentalidade, conforme já anunciado. Essas conceituações são resultantes de um processo longo, conflituoso e desigual, instituído no período colonial e também agenciado pelo Império brasileiro, que foi decisivo para a supremacia e soberania da língua portuguesa no Brasil. Afinal,

[g]overnar um Estado significará, portanto, estabelecer, a economia no nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle. [...] O que implica em uma pluralidade de fins específicos. E para atingir essas diferentes finalidades deve-se dispor as coisas. E esta palavra dispor é importante, à medida que, para a soberania, o que permitia atingir sua finalidade, isto é, a obediência à lei, era a própria lei; lei e soberania estavam ligadas (FOUCAULT, 2016: 418).

De acordo com Guilherme Branco (2016: 113), governamentalidade, para os estudos foucaultianos, é uma técnica de controle social que se caracteriza pela tentativa de realizar o gerenciamento de uma sociedade. Governamentalidade é gestão social, gestão da população, gestão de indivíduos, correspondendo, portanto, ao surgimento de um tema extremamente caro a Foucault, a questão da burocracia. Assim, para existir um governo deve haver uma forma de poder e de saber agindo dentro de uma vasta teia burocrática:

[...] quero dizer que, em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma organização e um funcionamento de um discurso (FOUCAULT, 2016: 279).





Mostramos, dessa forma, a partir das brechas deixadas nos registros históricos, como a gestão das línguas imbrica-se com a institucionalização de uma “verdade linguística” no período da revolução cabana. Todas as relações de poder e de saber, somadas a determinadas urgências históricas e suas respectivas atualizações, são estabelecidas por um dispositivo (ou por um conjunto deles). Observamos, em relação aos processos envolvendo a língua geral amazônica, por exemplo, que eles ratificam uma cosmologia, um modo de viver (ou morrer) em função dos discursos “verdadeiros”, e trazem consigo efeitos específicos de uma disciplina linguística europeia e, ao mesmo tempo, favorecem a invenção de uma outra tradição linguística na Amazônia. Esses processos, com novas modernizações chegam, inclusive, até os nossos dias:

[o] colonialismo europeu, tanto na América como em outras partes do mundo, se impôs a partir de uma multiplicidade de interesses. Os Estados europeus, com seus exércitos e seus anseios de se tornarem impérios, as grandes empresas que começavam a surgir e desejavam abrir novas frentes de exploração econômica e a Igreja Católica com o objetivo de aumentar o rebanho de Deus são alguns dos mais visíveis fatores que impulsionaram as práticas coloniais (NEVES, 2009: 32).

Os dispositivos de controle do discurso indicam uma vontade de verdade que se estabelecerá como um discurso “ideal” de uma língua oficial derivada dos procedimentos de interdição e segregação que toda sociedade tem subjacente às suas práticas, vontade de verdade essa que vai se solidificando e opondo o verdadeiro ao falso no que diz respeito ao uso de uma dada manifestação linguística em detrimento de uma outra:

cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral de verdade”, isto é, os tipos de discurso que ela aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e os falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm a função de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2011: 273).

A verdade, portanto, é uma configuração histórica: não há uma verdade, mas ‘regimes de verdade’ que se transformam de acordo com as contingências históricas. E, de acordo com Rosário Gregolin (2006: 98), apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, a vontade de verdade tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção. Ao propor a existência de uma ‘vontade de verdade’, Michel Foucault não a pensa como uma essência a ser descoberta, porém, procura descrever e analisar os modos como a “verdade” vem sendo historicamente produzida e a função de controle exercida por essa produção.



## 2.2. Dispositivo colonial, língua e práticas de si

Um dos principais objetivos da obra de Michel Foucault foi entender como as estratégias de governamentalidade estabelecem práticas sociais do saber e do poder que produziram o que somos nós hoje. Para incorporar às suas análises a dimensão heterogênea das práticas discursivas e não discursivas que produzem subjetividades, ele propôs o conceito de dispositivo, cujo mérito principal é mostrar como as relações de poder se estabelecem para além da repressão e da ideologia, na maioria das vezes envolvidas com a normalização e com a disciplina. Podemos tomar, como exemplo, as línguas indígenas e as línguas crioulas e como seus sujeitos passaram a ser concebidos como anormais, fora da proposta civilizatória do Ocidente por um determinado dispositivo de controle. Afinal, para Foucault (2006: 244), o dispositivo representa um

[c]onjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Na difusão das línguas gerais entre povos indígenas não falantes de línguas tupi, fica evidente, em especial, a presença do dispositivo religioso, com a tradução da bíblia e a conversão dos indígenas. Mas há um outro dispositivo, por vezes associado ao religioso, que vai além dos limites da igreja e mesmo do sistema colonial, que, em tese, no Brasil, finalizam em 1822, com a proclamação da Independência, o dispositivo colonial.

Tomando, como referência, a definição de colonialidade do poder, formulada por Walter Dignolo (2003), Ivânia Neves (2009) propôs, a partir da perspectiva foucaultiana, a existência de um dispositivo colonial para pensar as tecnologias de poder ainda bastante atuantes nos processos de produção das subjetividades das sociedades amazônicas e nos discursos que circulam sobre elas:

[e]ste grande dispositivo, o sistema colonial, engloba o poder colonial das metrópoles europeias e a colonialidade, que representa sua atualização, com seus diferentes matizes, prossegue nas histórias das sociedades amazônicas e em muitas outras histórias da América Latina, a moeda colonialidade/modernidade continua a se atualizar e ela está intensamente presente, sobretudo nas ações do poder público também na cidade (NEVES, 2015: 31).

Caracterização marcante destas ações na Província do Grão-Pará foi como as línguas e muitas práticas culturais aqui vividas foram colocadas dentro de uma hie-



rarquia em que as populações menos abastadas passam a figurar como atrasadas, selvagens. Todos os saberes europeus passam, então, desde o início da colonização a representar o moderno, que vai sempre se atualizar e se opor aos saberes locais amazônicos. Logo, nota-se que o dispositivo colonial sempre esteve imbricado com os mais diferentes meios, com os sistemas judiciários, com o dispositivo escolar e mesmo em nossas conversas cotidianas, quando ouvimos que não existem mais índios de verdade ou, ainda, que todos os povos indígenas falavam apenas uma língua indígena, o tupi e tantos outros.

De um ponto de vista mais amplo, referente ao papel que uma normalização linguística desempenha na construção de uma hegemonia ideológica no conjunto da sociedade amazônica, ignorar as tensões discursivas que atravessam os deslocamentos linguísticos na história do português do Brasil é, sobretudo, não dar visibilidade aos expressivos contingentes de falantes de línguas africanas e indígenas que aqui já estavam e, ao mesmo tempo, fortalecer o projeto de “branqueamento linguístico” da sociedade brasileira. Essas descontinuidades são necessárias para notarmos que a atuação do dispositivo colonial também é organizada, em última instância, pelos interesses da classe dominante de ascendência europeia que vivia no Grão-Pará. Desse modo, nos espaços de colonização em que os binarismos colonizador-colonizado foram claramente demarcados, alguns cabanos tiveram uma percepção mais clara acerca do processo de exploração e de formulação de subjetividades que posicionavam o colonizador europeu como “civilizado”, em contraposição ao colonizado situado sempre à margem da civilização. Surge, daí, talvez, uma das razões para agenciarmos a tentativa do domínio escrito da língua portuguesa, por parte de determinados revolucionários cabanos, como dinâmica pontual de modernidade e de resistência crítica a uma discriminação linguística já desenhada em nosso território:

[c]omo Foucault deixa claro, dada a natureza das relações de poder modernas, nosso objetivo é não ficar fora do poder, mas antes navegar essas relações de maneira diferente. [...] Se “a governamentalidade é o movimento através do qual os indivíduos são subjugados na realidade de uma prática social por meio de mecanismos de poder que aderem a uma verdade”, a crítica funciona como “movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de questionar o poder quanto aos seus discursos de verdade”. Em resposta à governamentalidade, a crítica pode ser entendida como “arte de navegar relações de poder”. Como uma dessas técnicas e práticas que desafiam e afrouxam a ligação entre verdade e poder, a crítica caracteriza - e, por sua vez, - promove modos de subjetividade que similarmente desafiam. Ela mantém um caráter criticamente emancipatório (auto)reflexivo e, portanto, possui potencial emancipatório (TAYLOR, 2018: 228).

Tendo esses pontos emancipatórios em rede, estamos em posição de entender melhor como algumas condições de possibilidades históricas reproduzem que os cabanos não estavam totalmente fadados a reproduzir acriticamente as normas,



as disciplinas e os valores prevaletentes das sociedades europeias, questões também geradoras de impactos no contato linguístico. Dito de outra maneira,

não há instituições e normas emancipadoras que nos capacitem, por um lado, e instituições e normas opressivas ou normalizadoras que nos constranjam, por outro; em vez disso somos simultaneamente capacitados e constangidos pelas mesmas instituições e normas. Portanto, nos encontramos confrontados pela tarefa de descobrir quando e como somos capacitados e quando e como somos constangidos, de determinar maneiras pelas quais as práticas existentes têm o potencial de afrouxar constrições e, portanto, de resistir à normalização, e empregar essas práticas não apenas para esse propósito, mas também a fim de desenvolver práticas novas diferentes – formas novas e diferentes de nos relacionarmos com nós mesmos e com outrem (TAYLOR, 2018: 221).

Portanto, o processo de produção das subjetividades dos sujeitos cabanos, particularmente, precisa ser visibilizado sempre de uma dinâmica de restrição. Afinal, nós nos constituímos como sujeitos (somos capacitados) por meio de várias ‘práticas de si’, as quais incluem atividades de escrita, o exercício e a tentativa de dizer a verdade etc. Mas também somos constituídos (somos constangidos) na medida em que a maneira como realizamos essas práticas é moldada por instituições como escolas, aparelhos de segurança do estado, bem como pelas normas e valores mais gerais prevaletentes das atualizações do dispositivo colonial.

### 3. A transmissão linguística irregular e suas interfaces

O conceito de transmissão linguística irregular, de acordo com Dante Lucchesi (2015: 95), é, aqui, tomado para designar amplamente as movências históricas de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciadas, entre os séculos XVI e XIX, em decorrência da ação do colonialismo europeu na África, Ásia, América(s) e Oceania. Nas diversas situações de dominação que se constituíram por essas condições de possibilidades históricas, a língua do grupo dominante, denominada língua de superstrato ou língua-alvo, se impõe, de modo que os falantes das outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado, em função de sua sujeição e marginalização.

Com base nas teorizações de Foucault (2016), podemos observar que existe uma técnica de poder sendo instaurada (que complementa e suplanta o gerenciamento linguístico, a disciplina) e que essa técnica também corresponde a uma maneira de organizar a vida social e política na região. Assim, se governar consiste em conduzir condutas, mantendo a noção de controle mais ampla possível, a disci-



plina linguística aqui desenhada assinala, portanto, o processo de transmissão linguística irregular como uma das estratégias da maneira de governar (como prática estrategicamente pensada pelos colonizadores). A partir disso, a análise da governamentalidade abarca, então, *grosso modo*, o exame que Foucault denomina as *artes de governar*. Essas artes incluem o estudo do governo de si e o governo dos outros. Podemos delinear, através de determinadas materialidades, a Cabanagem como um lugar de deslocamento linguístico, de discontinuidades e, também, definidor das linhas de desenvolvimento do Estado moderno na Província do Grão-Pará. Logo, pensar o sistema colonial como um grande dispositivo, sempre atualizado pelas emergências históricas, é, também, refletir sobre o movimento cabano não como um acontecimento isolado, mas com gestos de leitura que procurem compreender um determinado agrupamento de práticas constituidoras de uma trama de saberes e jogos de força que, segundo Neves (2015), contribuíram para inventar uma tradição notadamente ocidental sobre a língua portuguesa. Posta dessa forma, a fundamentação do conceito de transmissão linguística irregular como uma estratégia do dispositivo colonial tem, também, por objetivo estender o escopo de análise sobre as manifestações linguísticas das populações de origem africana no período da Cabanagem para além de uma *pidgnização* e de uma criouliização típicas:

[n]esta perspectiva, o processo de formação de uma variedade linguística em situação de contato é concebido como variável em seus resultados, em função da gradação nos valores de certas variáveis sociais que o estruturam. [...] Historicamente, boa parte dos processos de *pidgnização* e criouliização atualmente conhecidos tem sua origem entre os séculos XVI e XIX, durante a expansão colonial europeia e o sequestro de populações africanas para trabalharem como escravos no continente americano. Neste contexto, o cenário prototípico da criouliização compreende uma situação de sujeição, em que um grupo minoritário monolíngue subjulga grupos que muitas vezes falam línguas diversas e inteligíveis entre si (LUCCHESI, 2015: 95-6).

O que está sendo mobilizado por Dante Lucchesi e aqui incorporado às condições de possibilidades históricas do negro nos movimentos cabanos, para fortalecer a instauração de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia brasileira, designa os processos históricos de contato massivo e prolongado entre línguas, nos quais a língua que detém o poder político é tomada como modelo ou referência para os demais segmentos, conforme já citado anteriormente. Tais processos, de acordo com Marcos Bagno (2017: 460), são condutores à formação de uma manifestação linguística historicamente nova denominada de *pidgin* ou crioula ou à simples formação de uma nova variedade da língua que predomina na situação emergencial de contato:

[e]sses processos estariam na base da situação sociolinguística do português brasileiro que o mesmo Lucchesi, em outros trabalhos, definiu como “polarizada”, apresentando, num polo, o que ele designa como norma culta e norma popular, sendo esta última a que teria constituído pelo processo de transmissão linguística irregular. Mantidas

separadas durante longo tempo, essas duas normas têm experimentado, no último século, um forte processo de interação e interfluência, sobretudo depois da acelerada urbanização ocorrida no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Na constituição dessa norma popular, o principal elemento de perturbação da gramática da língua-alvo, o português, teriam sido os falantes das línguas africanas sequestrados de sua terra de origem para serem escravizados no Brasil (BAGNO, 2017: 461).

E, se colocarmos a história da Cabanagem em movimento, repensando as estratégias de gerenciamento linguístico como um dos fundamentos para discutir as tensões discursivas que atravessam os deslocamentos linguísticos na história do português do Brasil, notaremos diversos espaços institucionais de controle da língua e dos saberes a ela intrinsecamente relacionados, descortinando, inclusive, algumas estratégias do policiamento linguístico imposto para a região, ou seja, como a presença de um dado perfil estratégico populacional objetivava definir um sistema de relações diversas de dominação, de disciplinas.

Os debates advindos de uma arqueogenealogia foucaultiana, com base em Gregolin (2016), indicam que esse tipo de perfil é aquele no qual o comando gerencial é também construído mediante uma rede difusa de dispositivos que regulam os costumes, os hábitos e as práticas discursivas. A governamentalidade é assegurada, então, por meio de instituições físicas presentes na sociedade em questão (escolas, igrejas, instituições policiais, documentos e etc.) que estruturam o terreno social e fornecem explicações “adequadas” para a razão de determinadas disciplinas.

Nossa escolha de mergulhar em uma história social dos arquivos que atravessam a Cabanagem vai nessa direção, pois estamos interessados na emergência dos discursos, nas estratégias dos dispositivos e nas batalhas de poder em torno dos usos sociais das línguas que eram faladas nessa época no Grão-Pará, particularidade que “[...] busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2010a: 157).

A trajetória histórica das línguas na Amazônia brasileira deve, em nossa perspectiva, ser analisada em seus contatos e suas tensões, explicitando, por um lado, o processo de conflito entre a língua portuguesa, as línguas indígenas, as línguas africanas e, por outro, as políticas linguísticas e as formas como elas interferiram nos sujeitos falantes dessas línguas e suas marcas identitárias, étnicas e regionais. No regime de governo dos corpos das populações locais do continente americano, a língua, por seu poder político, mereceu uma atenção especial do colonizador. O controle linguístico representa, portanto, uma tecnologia de poder bastante significativa para se efetivar a colonização e o domínio efetivo do território,

em que há um objeto específico construído pela gestão política global da vida dos indivíduos (biopolítica). Essa biopolítica implica, no entanto, não só uma gestão da população, mas também um controle das estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter em relação a si mesmos e uns em relação aos outros.

Para ampliarmos ainda mais o cenário de análise dentro dessa rede de memória, tendo como recorte a Cabanagem, podemos citar alguns trechos do *Despacho nº 59*, um dos arquivos sobre o movimento cabano localizado no *Foreign Office*, de Londres, descoberto pelo historiador David Cleary (2002). Cadeia de escritura na qual se materializa certo cuidado emergencial no gerenciamento populacional como um instrumento de dominação, paulatinamente o objeto do governo provincial na Cabanagem deixa de ser somente a dinâmica territorial da guerrilha e de “pavor/medo” dos cabanos e passa a assumir uma atenção especial ao modo de gestão da população, um controle das estratégias de resistência que os indivíduos estavam anunciando, conforme indica o Quadro 1 abaixo.

**Quadro 1:** a Cabanagem em documentos ingleses

TRECHO DO DOCUMENTO INGLÊS (ORIGINAL)	TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS
<p><b>BOX 20 // <i>Despatch nº 59</i></b>  <b>From: <i>Henry Stephen Fox, British Minister in Rio de Janeiro</i></b>  <b>To: <i>Lord Palmerston</i></b>  <b>Date: <i>November 10th 1835</i></b>  <b>Place: <i>Rio de Janeiro</i></b></p>	<p><b>CAIXA 20 // <i>Despacho nº 59</i></b>  <b>De: <i>Henry Stephen Fox, ministro de Sua Majestade Britânica no Rio de Janeiro</i></b>  <b>Para: <i>Lord Palmerston</i></b>  <b>Data: <i>10 de novembro de 1835.</i></b>  <b>Local: <i>Rio de Janeiro</i></b></p>
<p><i>[...] The conquering faction, or rather the troop of savages, now left in possession of Para, consists chiefly of Indians (of whom there is na numerous population throughout the provinces of Para and Maranhã) ando f various cross breeds between Indians and negroes, coming under the general denomination os “Cafusos”. And being I believe among the most worthless of the varieties of the human species. If these men should be able to maintain themselves; there is little doubt they will proceed to exterminate the withe race wherever within their reach: whether they will give liberty to the African blacks and associates or</i></p>	<p><i>[...] A facção vitoriosa, ou seja, a tropa de selvagens que agora domina o Pará, consiste principalmente de índios (deles existe uma numerosa população entre as Províncias do Pará e Maranhão) e de várias raças mestiças entre índios e negros, classificados com a denominação geral de Cafuzos, estando, creio eu, entre as variedades mais sem valor da espécie humana. Se esses homens conseguirem se manter, não há dúvida de que irão exterminar a raça branca até onde estiver ao seu alcance. Se derem liberdade aos negros africanos e os receberem como seus pares e camaradas, ou eles os retiverem</i></p>





## TRECHO DO DOCUMENTO INGLÊS (ORIGINAL)

*whether they will retain them as slaves in their own servisse, we have yet no mens of knowing;but na union between the two coloured races; for puposes of violence against their common másters; appears to be much the most probable result [...] If the revolution be not now quelled, the large and fertile province of Para may be considered as lost altogether to the civilized world.*

## TRADUÇÃO PARA O PORTUGUÊS

de fato como escravos em seu próprio serviço, não temos como sabê-lo, mas uma união entre estas duas raças de cor, com a finalidade de cometer violências contra seus donos em comum, parece ser o resultado mais provável [...] Se a revolução não for dominada agora, a grande e fértil Província do Pará pode ser considerada totalmente perdida para o mundo civilizado.

**Fonte:** Cleary (2002).

Agora, se faz necessário enxergar o que as relações de poder têm de móvel, transformável e reversível, ou seja, que algumas práticas cotidianas vivenciadas nos exemplos expostos, “no nível das coisas ditas”, são também acontecimentos discursivos que dinamizam o âmbito de um sujeito que é definido historicamente pela relação de si para consigo: “[i]sso significa muito simplesmente que, no tipo de análise que desde algum tempo buscamos propor, devemos considerar que as relações de poder/governamentalidade/governo de si e dos outros/ relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama que está em rede” (FOUCAULT, 2010a: 225).

Estamos, aqui, a partir dos cortes deixados nos registros históricos do *Despacho nº 59*, procurando mostrar como a gestão dos usos das línguas imbrica-se com a institucionalização de uma “verdade linguística”, uma “verdade civilizatória europeia” no período da revolução cabana. As relações de poder e de saber relativas à língua portuguesa na historiografia tradicional, somadas a determinadas urgências históricas, foram estabelecidas por um dispositivo (ou por um conjunto deles) que desejava legitimar um único uso, um único contato linguístico, dentro de um vasto cenário de usos reais da língua, usos evidenciados pela multiplicidade de povos, culturas e idiomas que circulavam no Grão-Pará à época da Cabanagem.

Podemos citar, como outro exemplo, as pistas discursivas registradas no dia 22 de junho de 1835 em um diário de bordo britânico escrito pelo Capitão Home, HMS *Recehorse*, que diz o seguinte:

[o]uvi muitas pessoas cantando na cidade, na direção do Forte de Santo Antônio e os Índios, acompanhados por disparos de mosquetes de vez em quando”. De



repente, estamos do lado de um militar britânico, olhando a para a cidade na escuridão, e pensando com ele: que diabo está acontecendo aí? O que estão cantando? ” (CLEARY, 2002: 7).

Esse depoimento ratifica mais um deslocamento linguístico e toda heterogeneidade linguística presente na Amazônia brasileira, pois marca, na singularidade dos acontecimentos, que, naquela ocasião, nenhum dos militares falava português. Segundo David Cleary (2002: 18), as esquadras britânicas sempre levavam vários intérpretes negros da Jamaica para Belém e para Tatuoca. Desse modo, “**é preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas que dão conta dos atavismos e hereditariedades [...]** A história com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, é o próprio devir” (FOUCAULT, 2016: 61).

Logo, este artigo mobiliza outras formas de olhar para a história das diferentes línguas que constituíram o grande caldeirão linguístico que era a Amazônia brasileira na Cabanagem. Trata-se, enfim, de afastar aquilo que sempre manteve vivo uma única representação linguística como mantenedora da continuidade de um dado discurso.

Portanto, é mais do que necessário explorarmos a heterogeneidade de novas configurações de saber, que, ao surgirem e/ou desaparecerem, são notadamente um entendimento mais verticalizado da historiografia do Pará e do Brasil, da constituição plural do nosso idioma e de como a revolução cabana também dialoga com os deslocamentos linguísticos das populações de origem africana no período colonial.

## Referências

BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BRANCO, Guilherme Castelo. Governamentalidade, política, resistências ao poder. In: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault** – política: pensamento e ação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p.11- 121.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza do Brasil** – cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CLEARY, David. **Cabanagem** – documentos ingleses. Belém: SECULT/IOE, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica da sujeito** – curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Editora Wmf Martins fontes, 2010b. pp. 221-241.

\_\_\_\_\_. A função política do intelectual. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e escritos arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 264-287.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso** – diálogos e duelos. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. In: FERREIRA, Ruberval; RAJAGOPALAN, Kanavillil (orgs.). **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores/Unicamp, 2016. p.115- 142.

HURLEY, Henrique Jorge. **Traços cabanos**. Belém: Off. Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1936.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas** – a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MIGNOLO, Walter. **Projetos locais/projetos globais** – colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.


MUSSA, A. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ (dissertação de mestrado), 1991.

NEVES, Ivânia. **A Invenção do índio e as narrativas orais tupí**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. In: **Revista Moara**. Edição 43, jan-jul,2015. p.26-44.

RICCI, Magda. Passos imperiais e (des)compassos cabanos: Belém e sua “indole” – 1800-1840. In: LACERDA, Francinete; SARGES; Maria (org.). **Belém do Pará: história, cultura e cidade** – para além dos 400 anos. Belém: Açai, 2016. p.205-227.

\_\_\_\_\_. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. In: **Anais do Arquivo Público do Pará** – Belém: Secretaria de cultura/Arquivo público. 2001. V. 04, pp. 241-274.



RICCI, Magda; LIMA, Luciano. Letrados na Amazônia Imperial e saberes das populações analfabetas durante a Revolução Cabana (1835-1840). **Revista Brasileira de Educação**. V.20, n.63, out-dez, 2015.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará** – sob o regime da escravidão. Belém: IAP, Programa Raízes, 2005.

\_\_\_\_\_. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2015.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola editorial, 2004.

TAYLOR, Dianna. Práticas de si. In: TAYLOR, Dianna (org.) **Michel Foucault – conceitos fundamentais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p.221-237.